



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19647.010767/2004-10
Recurso nº : 134.930
Acórdão nº : 204-02-331

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 28/06/2007

Rubrica

2º CC-MF
Fl.

Recorrente: BOM TOM ACESSÓRIOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA.
Recorrida: DRJ em Recife – PE

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 25/06/07

Luzia
Maria Luzia Marques Novais
Mat. Siape 91641

PIS. Nas hipóteses em que o lançamento de PIS esteja lastreado no todo, ou em parte no lançamento de IRPJ, a competência para sua análise é do Primeiro Conselho de Contribuintes.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BOM TOM ACESSÓRIOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso e declinar a competência para o Primeiro Conselho de Contribuintes.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2007.

Henrique Pinheiro Torres

Presidente

Rodrigo Bernardes de Carvalho

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Nayra Bastos Manatta, Júlio César Alves Ramos, Leonardo Siade Manzan, Mauro Wasilewski (Suplente) e Flávio de Sá Munhoz.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília.	<u>25 / 06 / 07</u>
<i>[Assinatura]</i>	
Maria Luzinjar Novais	
Mat. Série 01641	

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 19647.010767/2004-10
Recurso nº : 134.930
Acórdão nº : 204-02-331

Recorrente : BOM TOM ACESSÓRIOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA.

RELATÓRIO

Com vistas a uma apresentação abrangente e sistemática do presente feito, sirvo-me do relatório contido na decisão recorrida de fls. 175/180:

Contra a empresa acima qualificada foi lavrado o Auto de Infração, às fls. 125 a 128 para exigência de crédito tributário referente ao fato gerador de 30/11/2000 a 31/12/2003, adiante especificado:

CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM REAL

NATUREZA	VALOR EM REAL
Contribuição para o PIS	10.717,00
Juros de Mora (até 30/09/2004)	3.883,94
Multa Proporcional	8.037,63
TOTAL	22.638,57

O referido auto de infração é decorrente de ação fiscal efetuada junto à contribuinte, na qual a fiscalização constatou infrações à legislação da Contribuição para o PIS enquadramentos legais encontram-se discriminados no auto de infração, que passam a integrar a presente decisão como se aqui transcritos fossem. A irregularidade constatada e suas consequências podem ser assim resumidas:

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS - DIFERENÇA ENTRE O VALOR ESCRITURADO E O DECLARADO/PAGO.

A contribuinte optou pelo sistema simplificado em 01/01/1997 sendo excluída com efeito em 01/11/2000 conforme ADE nº 262.274, tendo em vista a existência de débitos inscritos em dívida Ativa da União.

Excluída do SIMPLES a empresa ficou sujeita a tributação das demais pessoas jurídicas. Intimada e reintimada a apresentar sua documentação fiscal e contábil a contribuinte informou no dia 15/10/2004, documento à fl. 13, que não possuía os elementos solicitados pela fiscalização e que estava impossibilitada de providenciar a escrituração dos livros contábeis, face à inexistência de registros e controles das operações realizadas.

Ressalta o autuante que para os anos calendários de 2000 a 2003 a empresa apresentou declaração de informação da pessoa jurídica indicando a condição de INATTVA. Ainda, de acordo com os registros da SRF a contribuinte não efetuou qualquer recolhimento de tributo no período auditado.

A fiscalização procedeu para os anos calendários de 2000 (4º trimestre) a 2003 a apuração da Contribuição para o PIS considerando com base a receita bruta conhecida obtida no livro de apuração do ICMS.

Foi efetuada Representação Fiscal para Fins Penais anexada no processo nº 19647.010803/2004-37.

Devidamente notificada, e não se conformando com o procedimento fiscal, a contribuinte apresentou, tempestivamente, as suas razões de defesa, às fls. 150 a 163, nas quais questiona os autos de infração, alegando em síntese o seguinte:

- Primeiramente a contribuinte alega que foi efetuado um único lançamento com a mesma base para o IRPJ e CSLL.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 25 / 06 / 07

Enviado
Maria Luzimara Novais
Mat. Sispe 91641

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 19647.010767/2004-10
Recurso nº : 134.930
Acórdão nº : 204-02-331

A 4ª Turma de Julgamento da DRJ em Recife – PE, que julgou procedente o lançamento tributário, fê-lo através do Acórdão DRJ/REC nº 13.83, de 18 de novembro de 2005, assim ementado:

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 30/11/2000 a 31/12/2003

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL PRELIMINAR DE NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DEFESA.

*Estando os atos administrativos, consubstanciadores do lançamento, revestidos de suas formalidades essenciais, não se há que falar em nulidade do procedimento fiscal.
EXCLUSÃO DO SIMPLES DE OFÍCIO.*

A pessoa jurídica excluída do SIMPLES sujeitar-seá, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

JUROS DE MORA (TAXA SELIC) – INCONSTITUCIONALIDADE.

Não está compreendida no espectro de competência das Autoridades Administrativas de Juízamento a apreciação de alegação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

Lançamento Procedente

Irresignada com decisão retro, a recorrente lançou mão do presente recurso voluntário (fls. 193/206) oportunidade em que repisou os argumentos expendidos por ocasião de sua impugnação.

Este é o relatório.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19647.010767/2004-10
Recurso nº : 134.930
Acórdão nº : 204-02-331

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES		
CONFERE COM O ORIGINAL		
Brasília,	25	06 107
Maria Luzimara Novais Mat. Siapc 91641		

2ª CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
RODRIGO BERNARDES DE CARVALHO

Conforme relatado, o presente auto de infração está lastreado nos mesmos fatos que ensejaram a exigência do IRPJ, razão pela qual a competência para sua análise pertence ao Primeiro Conselho de Contribuintes, nos termos do inciso III do artigo 8º do Regimento Interno, confira-se:

Art. 1º. Fica transferida do Primeiro para o Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda a competência para julgar os recursos interpostos em processos fiscais de que trata o art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, alterado pela Lei nº 8.748, de 9 de dezembro de 1993, cuja matéria, objeto do litígio, decorra de lançamento de ofício das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, para o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, e para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Parágrafo único. A competência para julgar os recursos interpostos em processos fiscais, relativos às contribuições de que trata o caput deste artigo, permanece no Primeiro Conselho de Contribuintes, quando suas exigências estiverem inseridas, no todo ou em parte, em fatos cuja apuração serviram para determinar a prática de infração a dispositivos legais do imposto de renda.

Transcrito o dispositivo, não sobram dúvidas quanto à competência para apreciação deste Auto.

A propósito, em conferência procedida por este Relator no Sítio dos Conselhos, lá verifiquei que o Processo Administrativo com a exigência do IRPJ, autuado sob o nº 19647.010769/2004-09 foi distribuído à 8ª Câmara do Primeiro Conselho e está incluído na Pauta deste mês (Março/2007).

Diante do acima exposto não conheço do recurso e declino da competência para o Primeiro Conselho de Contribuintes.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2007.

RODRIGO BERNARDES DE CARVALHO